

A VIOLÊNCIA NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA E A URGÊNCIA DE NOVAS PESQUISAS HISTÓRICAS – ELIZABETH CANCELLI

VIOLENCE IN BRAZILIAN POLITICAL LIFE AND URGENCY OF NEW HISTORICAL RESEARCH – ELIZABETH CANCELLI

LA VIOLENCIA EN LA VIDA POLÍTICA BRASILEÑA Y LA URGENCIA DE NUEVAS BÚSQUEDAS HISTÓRICAS – ELIZABETH CANCELLI

*Claudia Priori**

Elizabeth Cancelli é professora do Departamento de História da Universidade Estadual de São Paulo (USP), onde obteve a Livre-docência em 2008. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e integrante do Grupo de Pesquisa “Núcleo História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades”, sediado na Universidade Estadual de Campinas.

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977), mestrado (1985) e doutorado (1991) em História pela Universidade Estadual de Campinas. É autora de vários livros e artigos discutindo a História Política, História das Ideias, Cidadania, Prisão, Estado e violência, entre outras temáticas.

Na entrevista, Elizabeth Cancelli aborda pontos importantes dos trabalhos realizadas ao longo de sua vida acadêmica, e também de pesquisas recentes. Ela ressalta ainda a relevância e necessidade de sempre se fazer novas e criativas pesquisas.

Primeiramente gostaríamos de agradecer sua prontidão em aceitar nosso convite para esta entrevista. Sabemos que você é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977), e que exerceu a profissão de jornalista. Poderia nos descrever como se enveredou na carreira acadêmica e na pesquisa histórica?

Elizabeth Cancelli: Logo que ingressei no curso de Comunicação, percebi que ele era uma espécie de especialização, muito mais adequada a uma formação posterior à graduação. Assim, resolvi procurar uma formação mais sólida na área de humanidades que possibilitasse fugir daquele lugar-comum com os quais a área estava comprometida. Acabei, por uma série de contingências, ingressando na pós-graduação em História da Unicamp. Voltei para o jornalismo, ainda quando fazia doutorado, mas desisti.

Na obra “O mundo da violência: a polícia da era Vargas”¹, você discute como a centralização do aparato policial foi um instrumento utilizado a favor do Estado Novo. Nesse sentido, como relaciona as práticas repressivas e de

controle exercidos durante aquele período com uma polícia de concepção e atuação totalitária? Em quais aspectos isso se evidencia?

Elizabeth Cancelli: São questões complexas com as quais me deparei ao longo da pesquisa que realizei no Brasil e nos Estados Unidos. Fundamentalmente, a polícia aparecia sempre como personagem central nesse período inaugurado em 1930. A documentação coletada me levou a concluir que ela desempenhou um papel central naquele projeto de Estado, de governo e de sociedade, não a partir de 1937, como grande parte da historiografia estabelece, mas desde a tomada de poder em 30. Dai o título original da tese ser: “O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas”.

No caso da polícia da era Vargas, a violência era um instrumento de manutenção da ordem, do controle social e da própria legitimidade da atuação do Estado? Que implicações e efeitos esses elementos tiveram na sociedade?

Elizabeth Cancelli: É difícil fazer uma avaliação de implicações e efeitos, mas a violência não era um instrumento de manutenção da ordem, de controle ou de legitimação; ela fazia parte de uma ordem, era elemento constituinte de uma concepção de mundo.

No ano de 2014 se completa 50 anos do golpe militar no Brasil. Você acredita que possa existir alguma semelhança entre os períodos do Estado Novo e o Regime Militar no que se refere ao controle social e às práticas repressivas contra a população? Haveria a permanência de algumas características do governo de Vargas?

Elizabeth Cancelli: Acho que os anos Vargas – e veja bem, não falo apenas em Estado Novo – deixaram uma herança muito grande em nossa cultura política, infelizmente. Houve, entretanto, rupturas e continuidades. São dois períodos ditatoriais que se utilizaram da violência em seus projetos políticos de poder. Aproveito a oportunidade, entretanto, para salientar que os estudos sobre o Regime Militar estão muito superficiais, ou seja, a maior parte deles peca pela adjetivação e pela condenação do regime, além de uma assustadora heroificação de alguns atores políticos. Para fazer História precisamos fugir da superficialidade e das aparências. Precisamos cavar mais fundo, fazer perguntas mais complexas e buscar novos acervos documentais. Fazer História não é brincar de mocinho e bandido. Esta visão dual é uma concepção muito pobre e muito perigosa da vida política. Este dualismo maniqueísta – provavelmente herança de nossa tradição autoritária – pode ser desastroso tanto para a vida política quanto para a História como campo de saber.

Atualmente, presenciamos com certa frequência, a questão da violência policial no Brasil. A que você atribuiria as ações violentas dirigidas a

alguns grupos da população, quando a própria sociedade acredita que a função da polícia seria de protegê-la?

Elizabeth Cancelli: Tornou-se quase um lugar comum dizer que a polícia brasileira é despreparada. Não acho que a polícia brasileira seja despreparada. Acho que, em primeiro lugar, ela é preparada para servir aos governos e não à sociedade. Nossas polícias não fazem propriamente parte da estrutura de Estado, mas da estrutura de governo. Todos nós sabemos que elas detêm informação e *know-how* para agir, digamos, em moldes mais apropriados quando há interesse. Isto seja na solução de crimes ou na mediação de conflitos. A própria estrutura da polícia, desde os anos 1930, revela muito bem ao que ela serve e como serve e de que maneira deve se comportar a corporação como um todo, basta ver, por exemplo, como se dão as promoções. O que se passa com a polícia é que ela está plenamente adequada ao modelo de governo que temos no Brasil: governos que tomam de assalto a estrutura de Estado. Seja antes, durante ou depois da ditadura. A violência policial e os governos que tomam para si as instituições do Estado não são resquícios no Brasil. Infelizmente fazem parte de nossa história.

Em um de seus trabalhos, você menciona que no Brasil há a produção de uma cultura da lei, que seria uma política dessa sociedade. Em relação a isso, percebe-se cotidianamente que quem não se enquadra na lei é considerado inimigo da sociedade, criminoso, infrator e tantas outras rotulações, e que supostamente esses indivíduos deveriam ser remetidos a espaços de exclusão/reclusão. Na sua perspectiva, como esses discursos são criados, como se constrói essa cultura que reprime e administra a violência no interior da sociedade? Isso ainda permanece atualmente?

Elizabeth Cancelli: O que fiz nesse livro, que se chama “A Cultura do crime e da lei no Brasil”², foi, a partir de uma visão historiográfica, mostrar como uma determinada concepção de Direito, e, portanto de sociedade, cria todo um aparato legal bastante coerente e, por isso mesmo, eficiente, do ponto de vista de quem o criou. Tentei, com isso, chamar atenção para o fato de que o Direito Positivo, que informa nosso Código Penal até hoje, faz deste Código; e que implicações esta concepção de Direito traz no que diz respeito à redução das penas, dos crimes de paixão, da proteção a determinadas camadas sociais, das encenações jurídicas, etc. Dai minha descrença, por exemplo, quando se fala em reforma do Código Penal e não se discute a filosofia de nosso Direito Penal, que é justamente a Escola Positiva de Direito. É inviável se fazer uma reforma penal mais democrática se não questionarmos nossa herança filosófica na área do Direito.

A prisão tem sido para você um objeto de pesquisa, um bom exemplo disso é a sua obra “Carandiru”³, além de outros trabalhos. Poderia traçar um panorama de suas constatações acerca da instituição penal brasileira?

Elizabeth Cancelli: Costumo dizer a meus orientandos, que não comecem seus trabalhos de pesquisa a partir da hipótese de que nossas prisões funcionam mal. Este é um erro elementar. Nossas prisões funcionam muito, mas muito bem mesmo. É nesse particular que nossas pesquisas falham, nós precisamos começar a pesquisar porque nossas prisões funcionam tão bem: como elas podem e se constituem como local de corrupção, desumanização, violência, degradação, etc., etc. O que esta instituição, que é a prisão, tem a nos dizer. A quem ela serve, como ela serve e para quem ela serve.

O sistema prisional brasileiro apresenta muitas deficiências, péssimas condições de habitabilidade e acima de tudo, superlotação. Quais seriam as possíveis razões para que um sistema tão precário continue existindo após séculos de sua criação? Que elementos manteriam esse sistema tão eficiente, a ponto de não ter sido criado algo para substituí-lo?

Elizabeth Cancelli: De certa forma, respondi a esta questão no item anterior. O sistema não é precário. É muito sofisticado, como você mesmo ressaltou. O Brasil é violento não por seus males de origem. É violento porque não reconhece a todos como cidadãos. Pode-se ser a nação mais culta do ocidente, como nos atesta a história do mundo ocidental, especialmente a dos últimos dois séculos, e assim mesmo subjugar outros povos de forma bestial ou executar nossos próprios co-cidadãos em nome de algo, de alguém, de uma raça ou religião ou mesmo da lei. No Brasil a violência se generaliza nas ruas, nas instituições, contra o direito das minorias não porque não tenhamos uma perspectiva de futuro, mas porque não temos uma perspectiva de presente. A surdez dos que tomaram o Estado de assalto nos assusta porque toma conta dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e se espalha pelas instituições como um rastilho de pólvora. A corrupção epidêmica de que somos vítima é um sintoma disso. As prisões, seu lado mais cru.

Pode ser feito algum tipo de comparação entre o sistema carcerário brasileiro e o de outros países? Em quais aspectos se assemelham ou se diferem levando em consideração os mecanismos de controle, as relações de poder e de repressão?

Elizabeth Cancelli: Cada país tem suas especificidades. A nossa é essa: somos um modelo em relação às prisões. Triste modelo do qual nós e nossos dirigentes não sofremos de culpa.

Diante de sua produção científica e dos conhecimentos adquiridos no âmbito das práticas de controle social, repressão e violência, quais são suas considerações diante das políticas públicas e da legislação penal ao afirmarem que a prisão teria um papel ressocializador do agente do crime?

Elizabeth Cancelli: Penso que o que pode mobilizar as pessoas, especialmente os jovens que ainda não foram soterrados pela desesperança, para que se modifique nossa vida e nossas instituições, é a revolta em relação a um país cujos governantes e cujas instituições sufocam a criatividade e a vida democrática. Nossos dirigentes nos micro e macro poderes simplesmente negam o exercício da cidadania.

Em relação às políticas de controle social, violência e repressão, que temas e períodos você considera ainda carentes de pesquisas na história brasileira? Que lacunas a historiografia ainda precisa suprir?

Elizabeth Cancelli: Se partimos do pressuposto de que o passado modula o presente e de que este mesmo passado é moldado pelas percepções do presente, a História sempre está sendo refeita. Não se trata de suprir lacunas, mas de fazer perguntas. O que precisamos melhorar talvez seja a qualidade da pesquisa.

Gostaria que você comentasse um pouco sobre as pesquisas que vem desenvolvendo atualmente.

Elizabeth Cancelli: Tenho pesquisado a construção de teias intelectuais no pós-guerra: a Guerra Fria Cultural e a instalação do Congresso pela Liberdade da Cultura no Brasil, uma instituição mundial financiada com verbas secretas pela CIA. Como resultado desta pesquisa tenho também escrito alguns artigos sobre Direitos Humanos, Memória e História, e sobre a importância da questão do Totalitarismo no Brasil. Atualmente devo retomar o trabalho sobre o diário de viagem que uma importante personagem da vida intelectual norte-americana fez ao Brasil em 1967. Publiquei recentemente um ebook pela Editora da PUCRS que se chama “O Brasil e os outros: o poder das ideias”⁴, que indicaria como leitura aos que pretendem ter uma visão diferenciada da história intelectual brasileira.

Há ainda alguma outra questão relevante que gostaria de salientar acerca das temáticas abordadas?

Elizabeth Cancelli: Gostaria de agradecer a oportunidade e sugerir aos jovens pesquisadores que fazer perguntas é o primeiro passo para, a partir das incertezas, encontrar respostas criativas e inovadoras. Um exercício de cidadania política e de cidadania profissional dos mais saudáveis. Obrigada.

Notas

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, curso de História, da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. E-mail: claudiapriori@bol.com.br

¹ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência:** a polícia na Era Vargas. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

² _____. **A Cultura do crime e da lei no Brasil:** 1889-1930. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

³ _____. **Carandiru:** a prisão, o psiquiatra e o preso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

⁴ _____. **O Brasil e os outros:** o poder das ideias. Dados eletrônicos. – [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

Recebido em: agosto de 2013.

Aprovado em: setembro de 2013.